

A (IN)COERÊNCIA ENTRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS À ESCOLA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O (IN)SUCESSO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Jackeline Sousa Silva; Martha Neiva Evangelista Duarte; Raqueline Chaves de Araújo

Universidade Federal de Campina Grande. E-mails: jackeliness23@hotmail.com (1); marthaneiva@hotmail.com (2); raqueline.chaves@hotmail.com (3).

Resumo: Neste trabalho, discutimos sobre a (in)coerência entre as avaliações externas e internas à escola e suas implicações para o (in)sucesso da aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental. As avaliações são parte da rotina das escolas e devem estar a serviço da melhoria da aprendizagem dos alunos, por isso surge a necessidade de discutirmos de que forma esses instrumentais podem ser utilizados como oportunidades de aprendizagem para o sucesso discente. Como avaliações externas, focamos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), enquanto avaliação realizada em nível nacional, e no Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE), em nível estadual. Como objetivo geral, pretendemos: estabelecer uma conexão entre as avaliações internas e externas, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. Nossa metodologia consta de uma pesquisa de natureza básica e, quanto aos objetivos, é descritiva. Quanto à abordagem, é quali-quantitativa e, como instrumento de coleta de dados, utilizamos um questionário, aplicado aos Coordenadores Pedagógicos de 9 escolas públicas municipais da sede urbana do município de Acopiara, situado no interior do estado do Ceará. Concluímos, portanto, que avaliar é necessário, contanto que esta avaliação se configure como oportunidades de aprendizagem aos alunos, sendo que o resultado das avaliações externas podem e devem ser utilizados como complemento ou como direcionamento para o trabalho da escola, sem, contudo, estar desconectado do resultado das avaliações internas, contribuindo ambas para o planejamento das ações pedagógicas, que visem unicamente à aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Avaliações internas, avaliações externas, aprendizagem, SAEB, SPAECE.

INTRODUÇÃO

O nosso fazer pedagógico precisa estar em constante renovação, a fim de nos permitir compreender os diferentes tempos e espaços de aprendizagem; nos inteirar das novas tecnologias que passam a fazer parte de nossas salas de aulas e de fora delas; e, cada vez mais, buscamos a maior autonomia dos nossos alunos, procurando fazer com que tenham vez e voz, que sejam sujeitos de suas aprendizagens. E a avaliação, o que tem a ver com tudo isso?

A avaliação é fundamental para que possamos refletir sobre como estamos caminhando, e para instrumentalizar nossos planejamentos, buscando a renovação do nosso fazer pedagógico. Sendo assim, esse importante processo não pode ficar em segundo plano. Portanto, a avaliação continua sendo um tema atual e cheio de possibilidades, uma vez que se configura em oportunidade de ajuste, ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem.

Conforme Luckesi (1994), a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. Sendo assim, entendemos que seja qual for o instrumento avaliativo, os

resultados obtidos expressarão não somente sobre a aprendizagem do aluno, mas também, sobre a eficácia das práticas docentes.

Essa reflexão nos reporta aos diferentes tipos de avaliação elaborados dentro ou fora das nossas escolas, mas todas dirigidas aos sujeitos protagonistas do processo educativo: os nossos alunos.

É fato que as avaliações internas e externas estão presentes nas escolas, cada uma com suas características e buscando cumprir suas funções de estarem a serviço da melhoria da aprendizagem desses sujeitos protagonistas. O questionamento que norteia nosso trabalho é: Como as avaliações externas e internas, cada uma com suas particularidades, podem contribuir para aprendizagem?

Diante dessas reflexões, surge a necessidade de discutirmos de que forma essas avaliações podem ser analisadas, de forma coerente, com vistas a serem utilizadas como oportunidades de aprendizagem que contribuam para o sucesso do aluno. Para isso, é necessário que se tenhamos clareza do objetivo da avaliação, antes mesmo de escolhermos qual será a melhor forma de realizá-la, trazendo mais coerência ao fazer pedagógico.

A avaliação interna é elaborada e aplicada pelo professor em sala de aula com o intuito de verificar a aprendizagem dos seus alunos, podendo, por este motivo, ser muitas vezes definida como Avaliação da Aprendizagem, sendo tomada como norteadora para a definição dos tempos pedagógicos necessários para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada etapa de ensino, e seus resultados utilizados como uma forma de promoção do estudante (PARANÁ, 2016, p. 4).

As avaliações externas permitem o diagnóstico, o monitoramento do sistema educacional, e também, podem subsidiar o trabalho dos profissionais da educação, tornando-se mais uma ferramenta para o acompanhamento e melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que são elaboradas e aplicadas por instituição externa à escola, de modo a mensurar o conhecimento dos alunos, estabelecendo uma comparação entre o desempenho esperado e o apresentado, por este motivo, denominada também de Avaliação de Desempenho (PARANÁ, 2016, p. 4).

Temos testemunhado que a avaliação interna pode ser vista, por muitos alunos, como uma punição, e, por alguns professores, como uma maneira de repreender comportamentos inadequados e coibir erros; ao passo que a avaliação externa, além de provocar um clima de tensão sobre a escola, que se vê obrigada a alcançar metas, sob pena de ser vista como uma instituição fracassada, acaba por deixar de lado ações importantes para o crescimento integral

do aluno, para focar apenas no estudo das competências específicas a serem avaliadas pelos instrumentais externos.

Quando falamos em avaliações externas, focamos em duas vertentes. A primeira, na avaliação que tem maior abrangência, por ser realizada em nível nacional, com periodicidade bianual, e avalia de forma universal as turmas que indicam a conclusão de uma etapa - 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB é considerado o mais amplo instrumento de avaliação externa da qualidade do desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes do país e um dos mais sofisticados e amplos sistemas de avaliação em larga escola da América Latina (ARAÚJO E LUZIO, 2005).

A segunda aponta para a avaliação realizada em nível estadual, especificamente, no Estado do Ceará, onde realizamos nossa pesquisa, e que acontece anualmente: o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE), que abrange, também em caráter universal, as turmas de 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio

Nessa pesquisa, objetivamos, de forma geral: estabelecer uma conexão entre as avaliações internas e externas, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. Especificamente, buscaremos: compreender a avaliação de forma mais ampla, que tenha foco o sucesso da aprendizagem do aluno; distinguir os aspectos peculiares às avaliações internas e externas, na visão das escolas; discutir sobre formas de integrar as duas modalidades de avaliação, de forma que seus resultados possam ser objetos de reflexão e ponto de partida para um planejamento eficaz no ambiente escolar.

Consideramos relevante expor a ideia de avaliação como processual e contínua, conforme o pensamento de Sant'anna (2005, p. 35), que a toma com base nos seguintes pressupostos:

- É dinâmica: não é estática.
- É contínua: não é terminal.
- É integrada: não é isolada do ensino.
- É progressiva: não é estanque.
- É voltada para o aluno: não para os conteúdos.
- É abrangente: não é restrita a alguns aspectos da personalidade do aluno.
- É cooperativa: não é realizada somente pelos professores.
- É versátil: não se efetiva sempre da mesma forma.

Sendo assim, torna-se fundamental analisarmos a avaliação como um processo contínuo e formativo, que pode ser visto como mais uma oportunidade de aprendizagem para o aluno e, ao mesmo tempo, como ponto de reflexão sobre nossa prática docente.

A seguir, expomos os aspectos metodológicos da nossa pesquisa.

METODOLOGIA

Nosso estudo se caracteriza, conforme a abordagem de Prodanov e Freitas (2013), como uma pesquisa de natureza básica, uma vez que pretende gerar conhecimentos novos para o avanço dos estudos sobre a temática, além de envolver verdades e interesses universais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, que ocorre quando o pesquisador registra e descreve os dados sem interferir neles e utiliza questionários como forma de levantamento de dados. Utilizaremos como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, a partir das leituras de materiais já publicados, que embasarão a análise e discussão dos resultados; e levantamento, caracterizado por envolver a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento desejamos conhecer.

Quanto à abordagem, a pesquisa é quali-quantitativa: qualitativa, na medida em que o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados, proporcionando ao pesquisador manter contato direto com o ambiente e o objeto de estudo; e quantitativa, uma vez que requer o uso de técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pela pesquisadora.

Como critério para coleta de dados, utilizamos um questionário composto de 10 (dez) perguntas objetivas, aplicado aos Coordenadores Pedagógicos das 9 escolas da sede urbana da Rede Pública Municipal. Esclarecemos que a opção pela pesquisa no âmbito da sede urbana, deu-se unicamente pela facilidade do acesso das pesquisadoras às instituições de ensino.

Das escolas participantes, 5 ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, 3 ofertam os anos finais e 1 oferta anos iniciais e finais, todas funcionando nos turnos manhã e tarde.

Os dados coletados são apresentados a seguir e discutidos à luz de um estudo realizado a partir de materiais publicados sobre o tema aqui explanado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É papel da escola auxiliar os alunos no desenvolvimento de diferentes competências. Sendo assim, torna-se fundamental analisarmos a avaliação como um processo contínuo e

formativo, que se caracteriza como mais uma oportunidade de aprendizagem para o aluno e, ao mesmo tempo, como ponto de partida para reflexões sobre a prática docente.

Com a finalidade de subsidiar essas reflexões, elaboramos um questionário com questões voltadas a conhecer qual a importância atribuída às avaliações na escola, tanto externas quanto internas, e como os resultados destas são trabalhados de forma a contribuir (ou não) para o sucesso da aprendizagem dos alunos.

As quatro primeiras perguntas compuseram o primeiro bloco e versaram diretamente sobre as avaliações internas da escola, sendo a primeira relacionada à frequência com que as mesmas são realizadas. Em todas, as avaliações ocorrem em periodicidade bimestral, seguindo calendário estabelecido pela Secretaria da Educação do município. Sobre a execução das avaliações, Hoffmann (2014, p. 99) alerta que:

a finalidade da avaliação, ao se desencadearem estudos, não é assim, a de simplesmente observar se os alunos apresentam ou não condições de “dar conta” das propostas delineadas, ou se perceber, de início, o que apresentam mais ou menos dificuldades em determinada área, mas a de conhecê-los cada vez melhor, à escuta de suas próprias questões, propondo em conjunto situações que lhes sejam verdadeiramente problemáticas, a ponto de lhes despertar a atividade, a curiosidade.

Portanto, para que a real função da avaliação seja cumprida, não basta que ela seja executada, mas é necessário que se debruce sobre os resultados obtidos, a fim de mensurar o alcance dos objetivos da instituição, e não somente das notas atingidas pelos alunos. E esta é uma tarefa que cabe a toda a escola, de forma coletiva, e não a cada professore, individualmente.

Pensando nisso, a segunda pergunta teve como objetivo saber se a Coordenação Pedagógica se reúne com os professores para analisar os resultados das avaliações internas da escola. Todas afirmaram ser esta uma ação executada sempre após a realização das avaliações bimestrais.

Tão necessário quanto o ato de avaliar é o ato de refletir sobre a avaliação e (re)planejar a partir dessas reflexões. Nesse sentido, Hoffmann (op. cit., p. 117) considera que:

embora muitas situações de atendimento diferenciado ocorram espontaneamente em sala de aula, elas precisam adquirir o status de uma ação refletida e intencionalmente planejada pelo professor, que, por sua vez, precisa ter mais tempo para observar o aluno em ação, para registrar, refletir, decidir-se por estratégias didáticas coerentes, planejar novas e diferentes atividades articuladas às anteriores que contemplem estudos e atividades complementares que venham a contribuir para o avanço de diferentes alunos em diferentes direções.

Quanto ao tipo de avaliações internas adotado pela escola, 100% dos Coordenadores apontaram ser a avaliação formativa. Esteban (2008, p. 11) concebe este tipo de avaliação:

como a modalidade mais adequada para a compreensão sobre o que os estudantes sabem e como aprendem, oferecendo informações para ajustar o que e como se ensina aos percursos de aprendizagem, potencializando, assim, a aprendizagem e levando a escola a um trabalho pedagógico de melhor qualidade.

Reconhecemos a importância da avaliação formativa, no entanto, destacamos que sendo a avaliação uma atividade eminentemente social, esta parte de um amplo conjunto de relações, podendo correr o risco de funcionar numa perspectiva predominantemente técnica e vinculada à perspectiva classificatória, tendo como finalidade maior a preparação dos estudantes para a realização de outras avaliações que permeiam o trabalho escolar, como as avaliações externas. Contudo, a dimensão formativa não deixa de ser relevante, uma vez que pode ser (re)significada em seus limites pelas práticas escolares cotidianas.

Como quarta questão, solicitamos que os Coordenadores atribuíssem, em uma escola de 1 a 5 (considerando 1 como importância mínima e 5 como importância máxima), um número que indicasse a importância das avaliações internas na escola. Nesse quesito, 77,7% dos Coordenadores atribuíram o grau máximo de importância, enquanto 22,3% atribuíram grau 4.

É fato que é necessário avaliar, contudo, há múltiplas concepções quando se trata da forma de avaliar. Quando se trata de elaborar uma avaliação que tenha a função de testar os conhecimentos do aluno, há que se medir a real necessidade dessa ação. No entanto, não se pode perder de vista a orientação de Esteban (1997, p. 53):

avaliar um aluno significa deixar de fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como um momento capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção de conhecimentos, o que o aluno não sabe, o que pode vir a saber, o que é potencialmente revelado nesse processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer.

Com base no pensamento da autora, o ato de avaliar é extremamente necessário para conhecer os avanços e limitações que fazem parte do processo de aprendizado do aluno e, portanto, para (re)direcionar o planejamento docente no sentido de conhecer o que foi aprendido e o que não foi, caracterizando a avaliação como uma oportunidade de aprendizagem e de superação.

As questões de 5 a 8 direcionaram-se especificamente às avaliações externas, versando sobre o conhecimento dos resultados e estudos sobre os mesmos, a fim de subsidiar as ações pedagógicas.

Ao primeiro questionamento deste bloco, 100% dos Coordenadores afirmaram ter conhecimento dos resultados da sua escola nas avaliações externas e, declararam de forma unânime, na questão seguinte, que se reúnem para divulgar e discutir esses resultados com a equipe docente.

Silva (2016, p. 10) alerta para a necessidade de que esses resultados “sejam levados a amplo conhecimento da equipe docente, para que haja um planejamento interventivo sobre os resultados obtidos”, caso contrário o objetivo da avaliação, de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, não será atingido no âmbito da escola.

Com relação às avaliações externas, solicitamos, também, que os Coordenadores atribuíssem um número, indicando a importância das avaliações externas na escola, de 1 a 5, sendo 1 o grau mínimo e 5 o grau máximo. Os participantes atribuíram, em sua totalidade, o grau máximo de importância às avaliações promovidas em âmbito nacional, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e em âmbito estadual, pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC).

Percebemos aqui uma atribuição maior de importância às avaliações externas do que às avaliações internas. Apontamos como possíveis justificativas para essa opção que os resultados das avaliações externas são amplamente divulgados e implicam para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no caso da Prova Brasil e para o cálculo do Índice de Qualidade da Educação (IQE), que implica na distribuição de recursos a serem destinados aos cofres públicos municipais, conforme a Cartilha da Cota Parte do ICMS (CEARÁ, 2009).

Em seguida, questionamos se os resultados das avaliações externas são compatíveis com os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações internas. 66,6% dos participantes responderam positivamente, que há coerência entre os resultados das avaliações externas e internas, enquanto os demais enxergam certa incoerência, justificando que os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações internas refletem índices melhores que nas avaliações externas.

Sabemos que os resultados das avaliações externas são mensurados por uma escala de proficiência, construída e divulgada pelo INEP, que representa a média da turma, a partir de níveis, progressivos e cumulativos, expostos do menor para o maior. A proficiência dos alunos reflete o acerto de muitos itens da prova e, a partir da identificação desses itens, é possível compreender quais seriam as fragilidades que deveriam ser superadas (BRASIL, 2011).

Ressaltamos que esses dados não devem ser analisados de maneira desconectada do trabalho realizado pelos professores e das avaliações internas realizadas em sala de aula, mas sim, devem ser utilizados como um complemento ao diagnóstico realizado pelos próprios professores e pela equipe escolar (BRASIL, 2013).

O terceiro bloco de perguntas constou de se dois itens, a fim de traçar uma análise comparativa entre a real importância atribuída às duas modalidades de avaliação.

A primeira investigou a qual das avaliações é dedicado maior tempo na preparação dos alunos, em busca de bons resultados. 100% dos Coordenadores afirmaram que esse tempo maior é direcionado à preparação para as avaliações externas, através de simulados, aulões, gincanas e outras atividades.

A preparação dos alunos, na maioria das vezes, ocorre como um treinamento para solucionar questões que envolvem múltiplas escolhas. Nesse sentido, Silva (2018, p. 111) alerta que:

as questões de múltipla escolha são úteis e necessárias, uma vez que treinam o aluno a analisar e a escolher uma dentre um leque de opções e, ainda, por ser esta a metodologia utilizada na aplicação avaliações externas, o que torna mais fácil calcular a média de acertos individuais e coletivos, porém, não é a única e nem a melhor forma de desenvolver as habilidades contempladas pela Prova Brasil.

Lembramos que a Prova Brasil, até o ano de 2017, era componente do SAEB, que segundo divulgação do INEP, passará a ser composto por uma única avaliação a partir da próxima edição, a ocorrer no ano de 2019. Ressaltamos, ainda que tanto SAEB quanto SPAECE são compostos por uma Matriz de Referência para cada ano e disciplina que se propõe a avaliar e que essa Matriz de Referência é formada por habilidades comuns a ambos os testes, diferenciando-se apenas pela numeração atribuída aos descritores que as compõem.

O resultado da última pergunta corroborou com este, quando os participantes, unanimemente, apontaram as avaliações externas como alvo do maior tempo dedicado em momentos de discussão e planejamento entre a equipe pedagógica.

Esse resultado aponta para o que destaca Silva (2016, p. 4): “em alguns casos, as escolas abandonam as disciplinas e conteúdos que não estejam voltados à avaliação externa”, contrariando as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 124), que estabelecem que “as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas nas propostas político-pedagógicas das escolas, articuladas às orientações e propostas curriculares dos sistemas, sem reduzir os seus propósitos ao que é avaliado pelos testes de larga escala”.

Com base nessas reflexões, traçamos a seguir nossas conclusões sobre a temática em estudo.

CONCLUSÕES

As constatações e reflexões promovidas a partir da realização desta pesquisa deixam clara a importância da avaliação como instrumento de renovação do fazer pedagógico, independentemente da instituição que a elabora e aplica.

As discussões sobre a eficiência e precisão das avaliações externas têm sido cada vez mais presentes no cotidiano das escolas públicas, e por que não, também das escolas privadas. Essas discussões se acaloram, especialmente, no que diz respeito à função dessas avaliações, que além de servirem para o planejamento de políticas públicas educacionais, deveriam também refletir a qualidade do trabalho que está sendo realizado dentro das escolas.

Para tanto, seria coerente que os resultados dessas avaliações fossem condizentes com os resultados das avaliações internas, uma vez que englobam o mesmo público. No entanto, essa coerência não se aplica a todas as instituições, como pudemos verificar com esse estudo.

As escolas acabam por destinar a maior parte do tempo pedagógico, tanto destinado às aulas quanto aos planejamentos, a atividades de treinamento dos alunos para obterem êxito nas avaliações externas, e muitas vezes, acabam deixando para trás outras habilidades e conteúdos básicos a que os alunos têm direito de aprender, conforme preconizado pelas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Básica.

Concluimos, portanto, que avaliar é necessário, contanto que esta avaliação se configure como oportunidades de aprendizagem aos alunos, sendo que o resultado das avaliações externas podem e devem ser utilizados como complemento ou como direcionamento para o trabalho da escola, sem, contudo, estar desconectado do resultado das avaliações internas, contribuindo ambas para o planejamento das ações pedagógicas, que visem unicamente à aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. **Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE/Prova Brasil: Matrizes de Referência, Temas, Tópicos e Descritores**. Brasília: MEC/SEB, 2011.

_____. **Prova Brasil: Avaliação do Rendimento Escolar 2013**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Cartilha da Cota Parte do ICMS**. Fortaleza: IPECE, 2009. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/COTA%20PARTE%20DO%20ICMS_CARTILHA.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

ESTEBAN, Maria Teresa. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. In: **Revista Portuguesa de Educação**, CIED - Universidade do Minho, 2008, pp. 5-31.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. Capítulo II: Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo. In: _____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1998 [1994]. p.27-47.

PARANÁ. Governo do Estado. Avaliação Externa e Interna: relações e articulações possíveis. Paraná: Secretaria de Educação, 2016. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre2016/deb_avaliacao_fa_roteiro.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Jackeline Sousa. **A utilização dos resultados da Prova Brasil para a resignificação do trabalho com a leitura e a escrita nos anos finais do Ensino Fundamental**. Campina Grande: COBESC, 2016.

_____. **A resignificação da prática docente em leitura e escrita sob a perspectiva da Prova Brasil**. Cajazeiras-PB, 2018. (Dissertação – Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. UFCG/CFP, 2018).